
Juventudes, diversidade e educação profissional e tecnológica: categorias que se aproximam?

Jorge Luiz dos Santos de Souza¹

 <https://orcid.org/0000-0001-6230-9458>

Ana Sara Castaman²

 <https://orcid.org/0000-0002-5285-0694>

Josimar de Aparecido Vieira³

 <https://orcid.org/0000-0003-3156-8590>

Resumo

Na Educação Profissional e Tecnológica, é importante considerar os desafios enfrentados pelas juventudes, manifestados de forma diversa. Nessa direção, analisam-se, no contexto desse segmento de ensino, as categorias “juventudes” e “diversidade” compreendidas no processo de atuação dos profissionais da educação. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, orientada pela abordagem qualitativa e produzida por meio de pesquisa bibliográfica narrativa. Apresentam-se percurso metodológico, concepções da categoria “juventudes”, ponderações que aproximam as categorias já citadas e considerações finais. Conclui-se que a promoção da diversidade e a inclusão das juventudes no segmento citado contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e atenta para os desafios do futuro.

Palavras-chave: Juventudes. Diversidade. Educação Profissional e Tecnológica.

Youth, diversity and professional and technological education: categories that come together?

Abstract

In professional and technological education, it is important to consider the challenges faced by young people manifested in different ways. In this sense, this study analyzes the categories of youth and diversity in this context, understanding them in the process of action of education professionals. This is an exploratory and descriptive research, guided by the qualitative approach and was produced through narrative bibliographic research. In its organization there is the methodological route, conceptions of the category youth, considerations that bring together the categories already mentioned and the final considerations. These points indicate that the promotion of diversity and the inclusion of youth in professional and technological education contribute to the construction of a fairer society and attentive to the challenges of the future.

Keywords: Youth. Diversity. Professional and technological education.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Vacaria: jorge.souza@vacaria.ifrs.edu.br.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Sertão: ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br.

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Sertão: josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br.

Considerações iniciais

Eu sempre quis falar nunca tive chance
E tudo que eu queria estava fora do meu alcance
Sim, já, Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um, cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil
Eu sei como é difícil acreditar
Mas essa porra um dia vai mudar
Se não mudar, pra onde vou
Não cansado de tentar de novo
Eu passo a bola, eu jogo o jogo
(Não é sério, 2000).

A epígrafe de abertura deste texto integra a letra de uma música, intitulada “Não é sério” e interpretada por Charlie Brown Jr. e Negra Li. Esse excerto foi escolhido pois representa o clamor das juventudes por serem escutadas e disporem de mais oportunidades; e, ainda, o anseio de transformações do que está atualmente posto nessa categoria, ou seja, de que essa é uma fase de transição ou um momento de preparação para os jovens assumirem a condição de adulto. Conforme lembram Silva e Silva (2011), para que a mudança ocorra, é preciso ouvir a voz da juventude.

Para discorrer sobre o tema, é necessário compreender o que se entende por juventudes, e, para tal, recorre-se a Pais (1990, p. 140) quando destaca ser “[...] um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc.”

Nessa direção, a temática “juventudes” ganha importância neste estudo na medida em que se observa, nos vários contextos sociais, que juventude não é uma só, mas é plural, por isso, “juventudes”! Como mencionam Abramovay, Andrade e Esteves (2007, p. 22), está “[...] cada vez mais corriqueiro o emprego do termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria”.

Pais (1990) apresenta o conceito de juventudes baseado na diversificação em virtude dos inúmeros aspectos da vida, o que vai ao encontro de Dayrell (2003) quando este cita que a

diversidade das juventudes se concretiza nas condições sociais, culturais e de gênero. Outrossim, considera-se que a juventude é um período da vida marcado por modificações físicas, emocionais, cognitivas e sociais e que envolve a transição da infância para a idade adulta; e que a diversidade, por sua vez, refere-se às diferenças entre as pessoas em termos de gênero, raça, etnia, orientação sexual, religião, habilidades físicas e mentais, entre outras características (Pais, 2003).

E por que o entendimento das categorias “juventudes”, “diversidade” e “Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” é necessário? Faz-se mister inteirar-se a questão das juventudes e da diversidade, porque entende-se o ambiente educacional, ou seja, o espaço da sala de aula, como um lugar multicultural. Candau (2008) reforça que é necessário compreender as juventudes, as suas diversidades e o multiculturalismo⁴ trazido por elas para dentro do ambiente escolar.

Diante de um ambiente educacional estão os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) – em que grande parte do público se encontra na faixa etária dos 15 aos 29 anos, exatamente o período datado à juventude no Estatuto das Juventudes (Brasil, 2013). Com relação ao público da EPT cita-se como exemplo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), no qual se observa, segundo dados do Diagnóstico Discente do IFRS 2019⁵, o número de 40% das matrículas de jovens entre 18 e 27 anos. Ao considerar os menores de 18 anos, esse percentual sobe para 78%, o que demonstra que as juventudes são, sim, o foco das ações educativas, formativas e afirmativas⁶ de instituições de ensino com essa característica.

Os IF acolhem estudantes nos cursos de educação básica Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Ensino Médio Subsequente à Educação Profissional; e em cursos da educação superior: graduação (bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia) e pós-graduação (*lato e stricto sensu*). Esses estudantes, em sua maioria, estão dentro da faixa dos 15 aos 29 anos, embora não sejam o público exclusivo – de qualquer forma, os profissionais da

⁴Segundo Candau (2008), multiculturalismo, em uma perspectiva prescritiva, é entendido não como um simples dado da realidade, mas sim como uma maneira de atuar, de intervir e de transformar a dinâmica social.

⁵Levantamento realizado pela Pró-Reitoria de ensino do IFRS nas 17 unidades da instituição. Disponível em: <https://analytics.zoho.com/open-view/226041800000036086> Acesso em: 1 abr. 2024.

⁶As ações afirmativas serão melhor exploradas na seção 4.

educação (professores e técnicos administrativos) necessitam estar preparados para trabalhar, acolher e compreender esses(as) jovens.

Feito esse preâmbulo, este ensaio tem a finalidade de analisar as categorias “juventudes” e “diversidade” no contexto da EPT; compreender a importância dessas categorias no desenvolvimento dessa modalidade de ensino; e contribuir para o trabalho dos profissionais de educação que lidam com o público jovem que se encontra em um período de descoberta, formação de identidade e exploração de diferentes opções de vida. Para isso foram estabelecidas questões com a finalidade de orientar a produção deste estudo, conforme seguem: que concepções permeiam a categoria “juventudes”? Por que considerar a diversidade no contexto da EPT? Como aproximar as categorias “juventudes”, “diversidade” e “EPT” a fim de contribuir para o trabalho dos professores e dos técnicos administrativos em instituições de ensino da EPT?

Para responder às indagações mencionadas anteriormente e ao propósito deste estudo, o trabalho está organizado em três partes: inicia apontando o percurso metodológico trilhado na investigação; na sequência são analisadas concepções que permeiam a categoria “juventudes” e ponderações que aproximam as categorias “juventudes”, “diversidades” e “EPT” no trabalho dos professores e dos técnicos administrativos que trabalham em instituições de ensino da EPT. Por fim, são discutidas as considerações finais desta investigação.

Percurso metodológico

Considerando seu intento, este estudo identifica-se como pesquisa exploratória e descritiva em que se buscaram maior familiaridade com a temática escolhida, com vistas a torná-la mais compreensível; e uma descrição mais detalhada de suas características (Gil, 2008). Sampieri, Collado e Lúcio (2006) afirmam que as pesquisas exploratórias visam examinar um tema pouco estudado, enquanto a pesquisa descritiva especifica propriedades e características importantes do fenômeno analisado.

Para atingir o objetivo proposto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica de cunho narrativo, envolvida por uma abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica evidencia contribuições científicas e teóricas em investigações já realizadas sobre o assunto pesquisado (Gerhardt; Silveira, 2009). Assim, não foram utilizados critérios específicos e sistemáticos na pesquisa, visto que não se pretendeu esgotar as fontes de informações. Logo, a fim de abordar o tema, a opção

pela pesquisa bibliográfica narrativa foi a mais condizente com a proposta e os objetivos deste estudo. Quanto à abordagem qualitativa, Borba (2001, p. 41) destaca que “[...] esta abordagem imprime uma rigorosa análise interpretativa e reflexiva da ação, sempre comprometida com o estudo dos valores, significados, crenças e rotinas presentes no campo investigado”.

Para a produção dos dados, foram utilizados artigos científicos que abordam o tema, coletados nos principais bancos de dados – como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e os Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – por meio dos seguintes descritores: “Juventude”, “juventudes”, “juventude e educação profissional e tecnológica”, “juventude e escola”. O período compreendido é de 2001 até 2022, e todos os artigos coletados estão em língua portuguesa – a busca resultou em um total de 680 artigos. Selecionaram-se para este estudo autores(as) e obras que mais se repetem nas citações e nas referências dos referidos artigos analisados.

Para a interlocução dos temas foram considerados metodologicamente estudos teóricos de Dayrell (2003), Martins e Carrano (2011), Silva e Silva (2011), Alves e Dayrell (2015) e Silva (2015) – a fim de debater conceitos de juventudes e suas diversidades – e de autores e autoras que versam sobre a diversidade e as ações afirmativas, como Moehlecke (2002), Candau (2008), Gomes e Laborne (2018) e Antunes e Filgueiras (2020). Considerou-se também o contexto da EPT no Brasil, por meio de Moura (2008) e Escott e Moraes (2012). Da mesma forma, apresentam-se dados sobre as juventudes a partir de documentos legais (Brasil, 2013, 2022) e de Barão, Resegue e Leal (2021).

A busca e análise dos dados, nas obras referenciais já citadas, orientou-se pelas questões mencionadas na introdução, que deram origem a duas categorias nas quais está estruturado o estudo: *concepções que permeiam as juventudes e juventudes, diversidades e EPT* no trabalho dos professores e dos técnicos administrativos que trabalham em instituições de ensino da EPT.

Juventudes: algumas considerações

O termo “juventude” remete, inicialmente, em uma visão etarista e biológica, ao momento de adolescência e ao estigma de rebeldia que se atribui a essa fase no imaginário

social⁷. O Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), sob a ótica etarista, compreende o período dos 15 aos 29 anos como o da juventude. No entanto, é importante apontar *juventude* como uma construção social e histórica – e, por tal, não está presente em todas as sociedades, como afirma Silva (2015). Para o autor, a juventude na sociedade ocidental, e brasileira, muitas vezes não é entendida e, por outras, é superestimada como uma faixa etária de consumidores de determinados artigos e artifícios voltados para essa fase da vida, que demonstrariam o ser jovem por meio de determinados produtos.

Silva (2015) ressalta que a juventude é produto das demandas elaboradas pela sociedade industrial, logo está intimamente ligada ao capital⁸, ora como consumidora e ora como produtora de determinados estilos de vida que tendem a ser imitados pelos demais na busca do mito da *eterna juventude*, retroalimentando o próprio capital. O autor também destaca que uma juventude padronizada e consumidora das demandas do capital, fruto das demandas da sociedade industrial, não deixa espaço para a pluralidade e a diversidade e as demais expressões que o ser jovem pode e deve abarcar.

É neste sentido que se marca a noção de juventudes, no plural: para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. Como ressalta Pais (2003), a juventude é uma categoria socialmente construída, (re)formulada em contextos sociais, econômicos e políticos particulares, uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo, produto de um complexo processo de construção social.

Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social (Dayrell, 2003). Abramovay, Andrade e Esteves (2007, p. 22) reforçam que “[...] vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria”. Já Silva e Silva (2011, p. 664) reconhecem que o uso da expressão “juventudes”, no plural, “[...] representa o reconhecimento da necessidade de, ao se tratar de jovens, levar em conta que esse segmento constitui identidades e singularidades de acordo com a realidade de cada um”.

⁷Segundo Gramsci (1986), considera-se imaginário social como a apreensão de visão de mundo, ou seja, a concepção ideológica que conduz a reconhecer o real de determinado modo. O autor preocupa-se com o conjunto de forças que compõem essa realidade social e a relação entre essas forças.

⁸Entende-se capital, segundo Marx (2014), como as relações advindas pelo advento do capitalismo no início do século XVI, ou seja, sobre o mercado, a mercadoria, o trabalho e a exploração desse próprio trabalho.

No que concerne aos princípios do Estatuto da Juventude, verifica-se o indicativo ao “[...] respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude” (Brasil, 2013), o que vai ao encontro da discussão em cena neste estudo e dos anseios próprios das juventudes.

Outrossim, respeitar as diferenças individuais e coletivas das juventudes é fundamental para as instituições de ensino conhecerem mais seus públicos e estarem preparadas para atenderem a suas particularidades. Cabe lembrar que, conforme Candau (2008), a diferença é um direito dos mais variados grupos e o grande desafio para a escola é o trato dessas diferenças.

A questão da diferença e diversidade, ou seja, do direito de ser distinto afirmando a igualdade na diversidade, é relevante a todos(as) (Candau, 2008), ainda mais para as juventudes compreenderem de onde vêm, de que grupos participam, o que esses grupos têm em particular em relação aos outros, seus sonhos, interesses, projetos de vida. Assim, podem-se pôr no mesmo nível os anseios desses grupos e o ambiente institucional, de modo a alinhar a escola com tais juventudes e seus grupos. Com isso, o primeiro passo é respeitar cada particularidade – seja ela individual, seja ela coletiva – e não impor a visão de mundo ou institucional, o que, em vez de aproximar os(as) jovens, possivelmente, os(as) afastará e não permitirá integrá-los(as) à escola e, muito menos, ao mundo do trabalho⁹.

Martins e Carrano (2011) discorrem sobre as juventudes e as instituições: os(as) jovens possuem uma autonomia frente às instituições e ao *mundo adulto* e constroem seus acervos e identidades culturais próprias. Por tais motivos, tentar impor uma visão institucional ou até mesmo particular para as juventudes é um caminho para perder a riqueza da diversidade e da construção de identidades jovens e distanciá-los(as) da instituição que deveria acolher e trabalhar para a permanência e o êxito na escola e no mundo do trabalho.

Logo, quando se refere a jovens pertencentes à classe média, a jovens trabalhadores, a jovens estudantes, a jovens solteiros, a jovens casados, a jovens em contexto urbano ou a jovens em contexto rural, refere-se à juventude com sentidos diferentes, ou a diferentes juventudes, ou então, simplesmente, reconhece-se a existência das inúmeras culturas juvenis. Mesmo que se tenham as melhores intenções com as atitudes, entender e respeitar essas diversidades é o

⁹O mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana do trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade; as prescrições e as normas que regulam tais relações; os produtos delas advindos; os discursos que são intercambiados nesse processo; as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva; e as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade (Figaro, 2008).

melhor caminho para compreender como lidar com tais grupos e transformar a visão e a visão institucional para o trabalho, junto com os mais diversos grupos e individualidades jovens – do Ensino Médio, do Ensino Técnico, do Ensino Superior ou da Pós-Graduação. Reforça-se assim que conhecer as diferenças das juventudes, suas *tribos*, seus espaços, suas culturas, suas especificidades coletivas e individuais é também subsidiar seus projetos de vida e não apenas sob o ponto de vista do trabalho – como nos mostram Alves e Dayrell (2015) –, mas na perspectiva do desejo de ser alguém, como ser humano histórico e social.

Por fim, e não menos relevante, citam-se Martins e Carrano (2011), que destacam a produção das identidades dos(as) jovens, que vão ressignificando espaços ocupados por eles(as) mesmos(as), ou seja, ao adentrarem uma instituição, eles(as) vão modificando os lugares onde estão, seja por meio de sua cultura, seja por meio de sua constante construção identitária. Os autores asseveram que esse ressignificar só será construído desde que não se imponham a cultura e os padrões rígidos que causam apagamento da diversidade nos grupos pertencentes ao espaço institucional.

Com esta seção buscou-se compreender concepções que permeiam a categoria “juventudes”, ou seja, o que se considera juventude e suas pluralidades. Na sequência, busca-se aproximar escola e EPT, compreendendo a relação destas com a juventude e seus reflexos a fim de reconhecer e efetivar a diversidade no trabalho dos professores e dos técnicos administrativos que trabalham em instituições de ensino da EPT.

Aproximando as juventudes da EPT e a instituição de ensino

Inicia-se esta seção destacando que, por meio da escola, os(as) jovens têm a oportunidade de produzir conhecimentos e habilidades necessárias para sua inserção na sociedade e, por sua vez, no mundo do trabalho. Na escola, os(as) jovens formam suas identidades, pois têm a oportunidade de se descobrir, se expressar e se relacionar com os(as) outros(as), estabelecer interações com colegas e professores(as), aprender a lidar com diferenças, respeitar opiniões divergentes e desenvolver empatia.

Antes de começar a discutir a aproximação das juventudes com a EPT, faz-se considerável traçar um retrato das juventudes brasileiras – para tal, apoia-se no *Atlas das Juventudes* (Barão; Resegue; Leal, 2021), em que se verifica, inicialmente, que entre 14 e 24 anos a maioria da

população é do sexo masculino. Todavia, a partir da faixa etária de 25 anos e até 29 anos isso se inverte – tal tendência continua nas demais faixas etárias, e o sexo feminino é preponderante.

Uma das explicações para tal tendência, segundo o *Atlas das Juventudes* (Barão; Resegue; Leal, 2021), é que os jovens do sexo masculino têm uma taxa de mortalidade 3,5 vezes maior que as jovens do sexo feminino. Sobre esse quesito ainda se destaca que dos 20 aos 24 anos o jovem do sexo masculino tem 11 vezes mais chance de morte violenta em relação às mulheres jovens.

Para os quesitos de raça/etnia, o Atlas apresenta dados que mostram que o grupo “negros” é a grande maioria, com um total de 61% – 51% de pardos e 10% de pretos –, seguido de 38% de brancos, 0,5% de amarelos e 0,4% de indígenas (Barão; Resegue; Leal, 2021). Esses percentuais revelam também que as desigualdades de raça atingem os campos da educação, do trabalho e da segurança pública – para exemplificar, no ano de 2019, 74,4% das vítimas de violência letal eram negras e, destas, 51,6% eram jovens até 29 anos (Barão; Resegue; Leal, 2021).

No Brasil, o percentual que as juventudes ocupam, relacionado a faixa etária, perfaz 24% da população, e houve uma mudança atrelada à concentração jovem, que está presente nas regiões urbanas não mais metropolitanas. A juventude rural é a que possui a menor média do país (Barão; Resegue; Leal, 2021).

Concluindo o perfil das juventudes brasileiras, Barão, Resegue e Leal (2021) retratam que as juventudes indígenas, ribeirinhas e quilombolas são muitas vezes invisibilizadas, pois carecem tanto de dados estatísticos quanto de políticas – do mesmo modo, são invisibilizadas as juventudes lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTQI+)¹⁰. Os autores reforçam que o interesse pelas juventudes sempre foi atrelado à questão das cidades e dos problemas urbanos, invisibilizando, desse modo, a juventude rural (Barão; Resegue; Leal, 2021).

A fim de perceber a importância do diálogo entre as juventudes e a EPT, faz-se mister conhecer entre as 1.513.075 matrículas da rede federal – 692.571 masculinas e 820.332 femininas (Brasil, 2022) – o percentual de cada faixa etária, conforme observa-se no Quadro 1.

¹⁰Utiliza-se tal terminologia com base em Reis (2018).

Quadro 1 – Percentual de matrículas por faixa etária e sexo - ano base 2022

Faixa Etária (anos)	Masculino (%)	Feminino (%)
< 14	0,16	0,15
15 a 19	9,10	11,28
20 a 24	12,91	14,07
25 a 29	7,86	8,77
30 a 34	4,90	5,80
25 a 39	3,98	4,80
40 a 44	2,92	3,89
45 a 49	1,78	2,46
50 a 54	1,04	1,50
55 a 59	0,60	0,86
>60	0,43	0,54

Fonte: Brasil (2022)

Destaca-se que entre 15 e 29 anos, período compreendido como juventude para o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), tem-se os percentuais de 29,87% das matrículas do sexo masculino e 34,12% das matrículas do sexo feminino, na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – esses dados mostram a importância desse diálogo para o mundo da EPT e das juventudes.

Além da faixa etária, pode-se observar, a fim de discutir as questões raciais na EPT, o quantitativo de matrículas na rede federal, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Matrículas conforme classificação racial - ano base 2022

Classificação Racial	Matrículas
Amarela	15.460
Branca	488.657
Indígena	6.994
Parda	544.184

Preta	134.109
Não declarada	323.671
Total	1.513.075

Fonte: Brasil (2022)

Percebe-se, por meio dos números de matrículas no Quadro 2, que a grande maioria se relaciona aos brancos e pardos; por outro lado, ainda há muito pouca representação de indígenas e pretos nos bancos escolares da rede federal, apesar de que, como visto anteriormente, eles perfazem a maioria percentual da população.

Portanto, vislumbrar esses dados reforça a necessidade de entender o papel da diversidade das juventudes e nas juventudes, pois, ao compreender, conhece-se também a própria história da EPT. Quando não se concebem as diferenças como uma riqueza potencial, estar-se-á fadado a perpetuar a dualidade que sempre existiu e existe na sociedade capitalista¹¹. Reforça-se que, por muito tempo, a produção e perpetuação da dualidade se constituiu como a matriz da educação nacional com propostas educativas direcionadas aos filhos da classe burguesa e outras, diferentes, aos filhos da classe trabalhadora, o que reflete na EPT brasileira (Rocha *et al.*, 2019).

No início, a educação profissional no Brasil era dada para os *desvalidos da sorte*, a fim de formar mão de obra, enquanto para os filhos dos abastados ficava a educação propedêutica, para conservar o *status quo* da sociedade dual (Escott; Moraes, 2012; Moura, 2008). Hoje – embora a dualidade ainda se faça presente e tenha aumentado no período do governo anterior¹² ao do momento em que este estudo acontece, produzindo cada vez mais pobreza e desigualdades e não tendo levado em conta as necessidades das juventudes do Brasil – a escola tem tido acesso de grupos diversos, advindos dessa inclusão e da democratização do ingresso no ambiente escolar, o que gera os conflitos entre alunos e instituições (Silva, 2015).

Para minimizar tais conflitos é necessário respeitar todas as questões culturais dos mais variados grupos e identidades das juventudes que adentram o chão da escola e compreender,

¹¹Em um sentido marxiano podemos entender a dualidade como um fruto do modo de produção capitalista e de sua organização de trabalho, trabalho intelectual e trabalho braçal, refletindo-se também na escola, onde há a separação da teoria da prática, sendo que a superação da dualidade só terá seu fim se superada for a contradição entre a propriedade dos meios de produção e da força de trabalho (Kuenzer, 2007).

¹²Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

conforme Candau (2008, p. 50), que o multiculturalismo não é uma questão apenas de várias culturas, e sim “[...] uma maneira de atuar, de intervir e de transformar a dinâmica social”, exatamente como os jovens fazem “[...] ao produzir suas identidades e territórios ressignificando os ambientes” (Martins; Carrano, 2011, p. 45).

Ainda sobre a dualidade e os diversos grupos que estão ingressando nas mais variadas instituições e nos mais variáveis níveis educacionais, percebe-se que dentro da massa mais explorada há as mulheres, os negros, os indígenas, a população LGBTI+ e os que possuem alguma necessidade educativa específica, o que gera inúmeras dualidades dentro das múltiplas juventudes, cada qual com suas características e especificidades coletivas e individuais. Observa-se como essas pessoas têm mais dificuldade em adentrar na escola, mas a dificuldade em manter-se na escola e obter êxito ao final de sua etapa educativa, de sua formação, é ainda maior. Consequentemente, percebem-se os desafios para essas populações se inserirem no mundo do trabalho, o que pode torná-las vítimas do discurso das novas formas de trabalho, de seus arranjos flexíveis¹³ (Grabowski; Kuenzer, 2016) – como o fenômeno das plataformas digitais voltadas para uberização e superexploração do trabalho, conforme denunciado por Antunes e Filgueiras (2020). Destaca-se, igualmente, que para alguns grupos nem isso sobra – citam-se como exemplo o extermínio da juventude negra, denunciado por Gomes e Laborne (2018); e o direcionamento, muitas vezes, da população LGBTI+ para subempregos ou para prostituição como meio de sobrevivência.

Em decorrência disso, os IF, como espaços da EPT que dialogam com o mundo do trabalho, devem compreender as diversidades de modo a oferecer para as juventudes abertura para que possam expressar suas identidades, trabalhar suas culturas e ter voz. Também há que se considerar que, para os(as) jovens terem acesso a todos os mecanismos para enfrentar a dualidade existente, é preciso que se ouçam suas vozes e que eles expressem suas identidades e até ressignifiquem os ambientes. É preciso que determinados grupos historicamente alijados do espaço escolar tenham seu direito de acesso garantido, bem como de permanência e êxito.

¹³Aqui refere-se às novas formas de disciplinamento da força de trabalho caracterizadas pela flexibilidade, em contraposição às formas rígidas anteriormente em voga. Para que seja possível esse arranjo é necessário substituir a formação especializada pela formação geral por meio de escolarização ampliada abrangendo o mínimo de educação para todos os trabalhadores (Grabowski; Kuenzer, 2016).

Mas, em um primeiro ponto, para que isso ocorra, deve-se lançar mão das ações afirmativas que Moehlecke (2002, p. 7) define como

uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado.

Com as ações afirmativas, tais grupos podem ter garantido seu acesso à escola – de educação profissional ou não – e adentrar um novo espaço de socialização e criação de novas identidades, desde que a instituição não se oponha à cultura que o(a) jovem traz para dentro dos seus muros e não se torne um espaço de silenciamento e invisibilidade de práticas que não se ajustam àquelas pregadas pelos muros institucionais (Martins; Carrano, 2011). Por isso, deve-se estudar mais sobre as juventudes e buscar compreender os diversos grupos, as culturas das quais fazem parte e o modo como se está tratando as juventudes nas ações e nas instituições. Cabe questionar sempre se contribui-se para a concretização dos seus projetos de vida e de sua inclusão no mundo do trabalho ou locam-se impeditivos para concretização de seus sonhos e reprime-se a construção de suas identidades em nome da identidade institucional e da formação estritamente profissional voltada para as necessidades do mercado de trabalho, de modo a esquecer da formação para o mundo do trabalho.

Para concluir, algumas considerações...

O que eu consigo ver é só um terço do problema
É o sistema que tem que mudar
Não se pode parar de lutar
Senão não muda
(Não é sério, 2000)

Antes de concluir este estudo, mais uma vez recorre-se à letra da música “Não é Sério” para ilustrar que a análise realizada trouxe uma de várias nuances que compõem as juventudes, seus anseios, necessidades e projetos de vida. Abarca-se igualmente o desejo de mudanças na sociedade, na educação e na EPT, e chama-se à luta aqueles que trabalham com as juventudes.

Essa luta pode ser igualmente chamada de estudo, pois sem o conhecimento do tema dificilmente se conseguem as mudanças necessárias.

Percebe-se que é muito difícil encontrar uma interlocução entre as juventudes, a diversidade e o trabalho dos professores e dos técnicos administrativos que atuam em instituições de ensino da EPT, já que esses sujeitos, geralmente, concebem as juventudes como uma experiência homogênea, em que os jovens não possuem diferentes perspectivas e vivências e os contextos sociais não influenciam em sua constituição, como se fosse uma coisa única, padronizada.

Reforça-se que, na maioria das vezes, se reflete sobre a diversidade e as ações afirmativas para os grupos historicamente excluídos sob uma ótica global, mas não em torno das especificidades das juventudes. Talvez estudando mais sobre o tema se possam aprimorar as políticas públicas nacionais e institucionais de ações afirmativas – pode-se estudar também sobre os temas ligados à diversidade, às metodologias de ensino e aprendizagem e às ações de inclusão no mundo do trabalho, para além do simples trabalho ou de um programa como o Jovem Aprendiz¹⁴.

Imagina-se que o primeiro passo a ser dado é entender que existem várias juventudes – individualmente e em grupo –; deixar para trás o senso comum de uma padronização dessa categoria; e quebrar, igualmente, o construto da sociedade industrial capitalista sobre o conceito de juventude. Por isso há que se entender que a juventude é um construto, uma construção ora dada pela sociedade capitalista e ora transformada pela própria juventude em seus movimentos de apropriação de espaços e culturas diversas, a exemplo do espaço escolar e do mundo do trabalho – e essa construção é o que vai mudar o sistema e o que faz constante a sua luta para essa mudança (voltando a Charlie Brown Jr. e Negra Li).

Agora, quando se pensa a diversidade, estar-se-á acostumado mais uma vez a pensá-la de maneira única, mas como se trata da diversidade? Explica-se, pois a grande maioria analisa a diversidade sem se dar conta de que, assim como existem várias juventudes, existem várias diversidades. Exemplifica-se com a diversidade étnica e racial. Trabalham-se questões de etnia e raça de uma maneira global – pois assuntos de suma importância como o racismo atingem todas

¹⁴O Programa Jovem Aprendiz tem como objetivo capacitar e inserir jovens entre 14 e 24 anos no “mercado de trabalho”, por empresas de médio e grande porte, e é fruto da Lei Federal 10.097/2000 (Brasil, 2000).

as faixas etárias –, mas, muitas vezes, esquece-se de ter um olhar para a juventude desses grupos. Também, assim como há assuntos de raça e etnia, é relevante pautar as questões de gênero e sexualidade pensando nas suas juventudes, pois o tema é carregado de tabus e preconceitos, o que traz sofrimento aos jovens LGBTI+, que, frequentemente, desistem de estudar e têm seu acesso ao mundo do trabalho negado.

As inquietações levantadas ao longo deste estudo permitem entender que existem várias juventudes e que é necessário abordar a diversidade não somente de um único ponto de vista. Se de um lado avança-se no acesso ao espaço escolar, precisa-se ter a mesma atenção em se tratando da permanência. Para isso, conhecer o tema é fundamental, bem como é fundamental compreender que talvez os construtos e os projetos institucionais não são os mesmos projetos que possam atender as juventudes – sendo assim, dar vez e voz para as juventudes talvez seja um passo para o alinhamento das instituições e das juventudes.

Ter uma instituição plural e dinâmica pode ser o caminho para alinhar a missão educacional que propõe projetos às juventudes. Assim como as juventudes e sua construção identitária são realizadas de maneira dinâmica, a instituição escolar deve estar pronta para esse dinamismo e levar as juventudes a sério, dando espaço para o debate e chance de realização dos seus projetos de vida.

Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre as categorias “juventudes” e “diversidade” no contexto da EPT e possa colaborar para o processo de atuação dos profissionais da educação. Aponta-se ainda a necessidade da realização de outros estudos, em busca de outras facetas, como por exemplo pesquisas que incluam pessoas com deficiência e sua inserção no mundo do trabalho, assim como modos de efetivação da diversidade no trabalho pedagógico dos profissionais da educação nas instituições de ensino da EPT. Diante da importância dos conhecimentos envolvidos neste estudo, sugere-se a realização de outras investigações que aprofundem a temática, com uso de outros procedimentos metodológicos na tentativa de ampliar ainda mais a análise do tema abordado.

Referências

ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2007. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/Vol%2027_ed%201_Juventudes.pdf Acesso em: 15 jun. 2022.

ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. *Educação e Pesquisa*, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 375-390, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022015021851>

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>

BARÃO, M.; RESEGUE, M.; LEAL, R. (coord.). *Atlas das juventudes: evidências para a transformação das juventudes*. 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/06/ATLASDAS-JUVENTUDES-COMPLETO.pdf> Acesso em: 5 jun. 2023.

BORBA, A. M. A metodologia pertinente ao estudo da identidade de professores na prática da avaliação escolar. *Contrapontos*, Itajaí, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br//seer/index.php/rc/article/viewFile/31/28> Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000*. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n.º 12.852 de 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Plataforma Nilo Peçanha*. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWWM1liwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkyi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9> Acesso em: 1 jun. 2023.

CANAU, V. M. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000100005>

DAYRELL, J. T. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 20-52, set./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciências e tecnologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. *Anais Eletrônicos [...]*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. p. 1492-1508. Disponível em: <https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf> Acesso em: 21 maio 2021.

FIGARO, R. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. *Organicom*, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 90-100, 2008. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2008.138986>

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. de P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, n. 197406, p. 1-26, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698197406>

GRABOWSKI, G.; KUENZER, A. Z. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. *HOLOS*, [S. l.], v. 6, p. 22-32, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2016.4983>

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, p. 1153-1178, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300024>

MARTINS, C. H. dos S.; CARRANO, P. C. R. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. *Revista do Centro de Educação*, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5902/198464442910>

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro II: o processo de circulação do capital. Edição de Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300011>

MOURA, D. H. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. *HOLOS*, [S. l.], v. 2, p. 4-30, mar. 2008. ISSN 1807-1600. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2007.11>

NÃO É SÉRIO. Intérpretes: Charlie Brown Jr. e Negra Li. Compositores: Alexandre Abrão, Carlos Duarte, Liliane Carvalho e Renato Peres. *In: NADANDO com tubarões*. Intérprete: Charlie Brown Jr. [S. l.]: Virgin Records, 2000. 1 CD, faixa 4.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. *Análise social*, Lisboa, v. 25, n. 105/106, p. 139-165, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf> Acesso em: 29 maio 2023.

PAIS, J. M. *Cultura juvenil*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

REIS, T. (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

ROCHA, G. G. *et al.* Dualidade educacional na sociedade capitalista: uma análise Gramsciana. *In: JOIN/BRASIL–PORTUGAL*, 6., 2019, Campina Grande. *Anais Eletrônicos [...]*. Campina Grande: Realize, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/57597> Acesso em: 12 jun. 2023.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. Tipos de Pesquisa. *In: SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. Metodologia da pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SILVA, M. P. da. Juventude(s) e a escola atual: tensões e conflitos no “encontro de culturas”. *Educação Popular*, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 46-59, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.14393/rep-v14n12015-art04>

SILVA, R. S. da; SILVA, V. R. da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, set. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>

Submetido: 03.07.2023.

Aprovado:14.03.2024.